

SOLICITAÇÃO DE EXONERAÇÃO DOS AUDITORES-FISCAIS E ANALISTAS TRIBUTÁRIOS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO DAS DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E NAS DIVISÕES DA 8ª REGIÃO FISCAL

Os Auditores-Fiscais e os Analistas-Tributários da RFB, que, por ora, exercem as funções de Delegados, de Delegados Adjuntos e/ou Delegados Substitutos das delegacias da Receita Federal do Brasil da 8ª Região Fiscal bem como aqueles que exercem a função de Chefes de Divisão ou Chefe Substituto de Divisão da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal, vêm solicitar, por meio da presente carta, a exoneração dos cargos que ocupam.

Dos Motivos:

1. Corte orçamentário

A Receita Federal do Brasil, órgão integrante do Ministério da Economia, exerce função típica de estado, responsável por mais de 90,0% da arrecadação total da União, sempre alcançando e até mesmo superando as metas estabelecidas, inclusive com constantes recordes de arrecadação, teve seu orçamento para o ano calendário 2022 reduzido em 51,4% sendo que as maiores reduções se deram principalmente nas despesas discricionárias como no colocado abaixo:

Discricionárias	000Q - Contribuições a Organismos Internacionais	3 - Outras Despesas Correntes	1.750.000		1.750.000	0,0%
	20VG - Gestão das Soluções Informatizadas daRFB e CARF	3 - Outras Despesas Correntes	1.207.196.808	621.768.741	585.428.067	51,5%
	20VG - Gestão das Soluções Informatizadas daRFB e CARF	4 - Investimentos	104.695.100	53.923.387	50.771.713	51,5%
	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	3 - Outras Despesas Correntes	1.300.000		1.300.000	0,0%
	219L - Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais	3 - Outras Despesas Correntes	174.693.793	89.976.331	84.717.462	51,5%
	2000 - Administração da Unidade	3 - Outras Despesas Correntes	525.984.353	270.909.124	255.075.229	51,5%
	2000 - Administração da Unidade	4 - Investimentos	2.593.200	1.335.632	1.257.568	51,5%
	2237 - Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira	3 - Outras Despesas Correntes	96.337.883	49.618.988	46.718.895	51,5%
	2237 - Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira	4 - Investimentos	74.851.577	38.552.430	36.299.147	51,5%
	Total			2.189.402.714	1.126.084.633	1.063.318.081

Observa-se que os cortes mais profundos afetam de forma contundente a administração das unidades e a gestão de soluções informatizadas, isto é, os programas utilizados no dia a dia para desenvolver os trabalhos usuais assim como os programas que são utilizados pelos contribuintes.

Nos cortes 2000 – Administração das Unidades corre-se o risco de não haver sequer orçamento para pagamento de contas de água e energia elétrica já nos cortes 20VG – Gestão das Soluções Informatizadas da RFB e CARF incluem-se os valores orçamentários destinados para, por exemplo, contratar serviços de internet ou ainda modernização dos sistemas utilizados pelos contribuintes.

Observa-se que o valor corte orçamentário proposto é proporcional ao valor destinado para a reestruturação da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, do Departamento Penitenciário Nacional e do Ministério da Justiça. Com isto temos que os valores que serão cortados da Receita Federal do Brasil serão utilizados para satisfazer os reajustes acordados com as carreiras retro citadas, numa demonstração de absoluto desrespeito à administração tributária.

2. Bônus de Eficiência

O Bônus de eficiência é fruto da reestruturação da carreira ocorrida em 2016 e desde então aguarda a regulamentação. Nos últimos meses diversas tratativas foram realizadas com o Ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira e com o Ministro da Economia, Paulo Guedes e também com o Sr. Presidente da República foi firmado acordo para que os valores destinados para a regulamentação seriam incluídos na peça orçamentária para 2022. Ressalte-se que o valor a ser alocado para a regulamentação seria em torno de R\$ 450 milhões.

Para nossa total indignação o acordo firmado não foi cumprido, causando em todo corpo funcional, sejam analistas ou auditores, profundo sentimento de rebaixamento e humilhação institucional.

Enfrentamos resistência do relator para incluir os recursos necessários para atender as demandas da Receita Federal do Brasil e para a regulamentação do bônus de eficiência e temos ainda que o Governo Federal se mostra omissos para solucionar tal situação.

Somados os dois fatores acima temos que a Receita Federal do Brasil, órgão de Estado que cumpre função típica de estado restará totalmente inadministrável. Some-se a isto a total falta de previsão de recomposição do quadro de servidores através da realização de concurso público.

Do Pedido

Deste modo, nós, Delegados, Delegados Adjuntos e/ou Delegados Substitutos das delegacias da Receita Federal do Brasil da 8ª Região Fiscal bem como aqueles que exercem a função de Chefes de Divisão ou Chefe Substituto de Divisão da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 8ª Região Fiscal solicitamos nossa exoneração da função que ocupamos, com efeitos a partir de 22 de dezembro de 2021 de forma irrevogável e irrevogável.

Brasil, 21 de dezembro de 2021

Marco Antonio de Oliveira Scafi – Delegado adjunto da DRF Campinas

José Paulo Balaguer – Delegado Alfândega São Paulo

Alexandre Góes Moraes – Delegado Adjunto Alfândega São Paulo

Amílson Melo Santos – Chefe Substituto DISIT

Claudio Ferrer Souza – Delegado DEINF

Afrânio de Mello Franco – Delegado Adjunto DEINF

Ivan Silveira Malheiros – Delegado DRF Presidente Prudente

Vicente Batista Júnior – Delegado DRF Osasco

Antônio José Furlan – Delegado Adjunto DRF Piracicaba

Fábio Eduardo Boschi – Delegado Adjunto DRF Presidente Prudente

Marcelo Conti Carlotti – Chefe Substituto DIFIS

Reinaldo de Pauiva Lopes – Delegado Adjunto DRF Sorocaba

Bruno Henrique Soares Zoner – Delegado DRF Jundiaí

Carlos Antônio Venturini Júnior – Delegado DRF Franca

Wilson Akira Muramatsu – Delegado Adjunto DRF Guarulhos

Paulo de Oliveira Abrahão – Delegado Adjunto DERAT

Vitório de Jesus de Luca – Delegado DRF Piracicaba

Wlamir Martinez Thomaz – Delegado DRF Santos

Frederico José Chagas Pessoa de Mello – Delegado Adjunto DRF Jundiaí

Ari José Brandão Júnior – Delegado DRF Sorocaba

Augusto Volta D'Alessio – Delegado Adjunto DEFIS

Claudio Affonso de Andrade – Delegado DERPF
Luís Augusto Orfei Abe – Delegado Adjunto ALF Guarulhos
Paulo Sérgio Claudio – Delegado DRF São José do Rio Preto
Gustavo Rique Pinto Passos – Chefe DIFIS
Itamar Miranda Lopes Pereira – Chefe DIMAC
Cecília Cícera de Paula – Delegada DEFIS
Luciane Pinatto de Almeida – Chefe DIRAC
Fernanda Lamego Avendanha – Chefe DIPAV
Maurício Antônio Bento – Delegado DRF Bauru
Guilherme Bibiani Neto – Delegado DECEX
Aline Mayumi Kobayashi – Delegada adjunta DECEX
Luiz Carlos aparecido Anézio – Delegado Adjunto DRF Bauru
Carlo Alessandro Mesquita Felippini – Delegado Adjunto DRF Ribeirão Preto
Armando Vicente Medeiros Borges – Delegado DRF Ribeirão Preto
João Guilherme Leal da Costa Antiqueira Elias – Chefe Substituto DEMAC
Sérgio Luís Alves – Delegado Adjunto DRF São José do Rio Preto
Antenor Antônio Camargo – Delegado Adjunto DRF Santos
Fabiano Coelho – Delegado da Alfandega de Guarulhos
Alexandre Lopes de Souza – Delegado DRF Araçatuba
Maria Beatriz de Azeredo Passos – Delegada adjunta DRF Araçatuba
Julio Sérgio Ferreira Cabrales – Chefe Substituto DIPAC
Alan Tower – Chefe DIREP
Carolina Cristina Marimoto da Silva – Chefe Substituta DIREP
Camilo Pinheira Cremonez – Delegado Adjunto ALF Viracopos
Alexandre Holanda Ogata – Delegado Adjunto DRF São José dos Campos